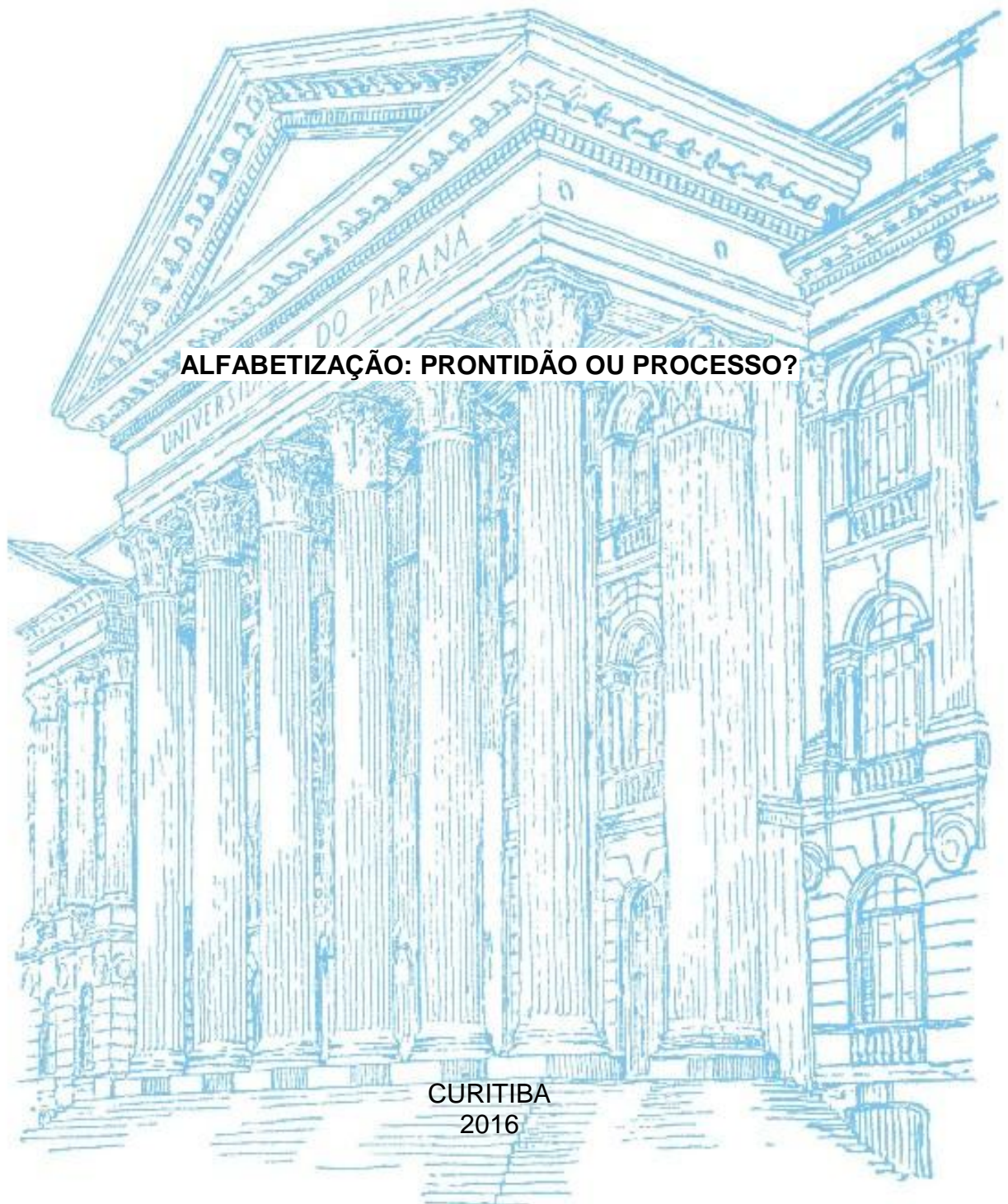


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

ROSIANA BESSA



ALFABETIZAÇÃO: PRONTIDÃO OU PROCESSO?

CURITIBA
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

ROSIANA BESSA



ALFABETIZAÇÃO: PRONTIDÃO OU PROCESSO?

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador (a): Humberto Lima

CURITIBA
2016

TÍTULO – ALFABETIZAÇÃO: PRONTIDÃO OU PROCESSO?

BESSA, Rosiana*

RESUMO

O objetivo principal deste estudo é compreender melhor o que o professor alfabetizador pensa sobre a aprendizagem da leitura e escrita e como acontece o processo de alfabetização na criança. Procurou-se verificar se o professor acredita em prontidão para a alfabetização, se avalia e classifica seus alunos e como faz. Foi também objetivo deste estudo verificar como as crianças mantêm contato com a leitura e escrita antes de entrarem na escola. O trabalho foi desenvolvido através de pesquisa, coleta e análise dos dados.

PALAVRAS-CHAVE: Aprendizagem, Leitura, Escrita, Prontidão, Processo.

*Artigo produzido pela aluna Rosiana Bessa do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação da professor Humberto Lima. E-mail: rosianabessa@hotmail.com

Introdução

Os testes de prontidão para a alfabetização foram usados durante muitos anos para avaliar e selecionar as crianças que poderiam iniciar a escolarização sistemática. Durante muito tempo, sobretudo nos anos 60 e 70, acreditava-se que havia um momento em que as crianças ficavam “prontas” para aprender a ler e a escrever. Esse momento era denominado de “prontidão para a alfabetização”. Considerava-se também que a aprendizagem da leitura e da escrita envolvia habilidades como coordenação motora, percepção visual, orientação espacial, entre outras. Assim, tais habilidades eram consideradas os “pré-requisitos” necessários para a alfabetização. Testes de prontidão surgiram como instrumentos para definir certas aptidões como a discriminação visual e auditiva; a coordenação viso-motora e a compreensão da linguagem oral.

Ferreiro (1997, p.62) relembra uma publicação mexicana que considerava como pré-requisitos necessários para a aprendizagem da leitura e escrita:

“Inteligência normal; possuir uma linguagem correta; bom funcionamento de suas gnoses, sobretudo as visuais, auditivas, táteis, corporais, espaciais e temporais; bom funcionamento de sua motricidade em geral; certo grau de atenção e concentração; certa possibilidade de vencer o cansaço; ter interesse na aprendizagem; ter boa saúde; estar bem alimentado” (Nieto, M., 1978).

Os professores falavam da importância da “maturidade” para a alfabetização e a noção de maturidade contribuiu para a edição de muitos livros de exercícios preparatórios para a leitura e escrita e vários testes para medir a “prontidão”. A noção de “prontidão para a alfabetização” contribuiu também para encobrir os fracassos metodológicos, para manter o pré-escolar isolado da língua escrita e para deixar crianças fora da escola primária ou para formar classes especiais.

De acordo com Rego (1986), a maturidade para a leitura e escrita, inicialmente foi avaliada em termos da idade mental da criança, contribuindo para isso, os testes de QI. Constatou-se porém, que os testes de QI não eram confiáveis, pois, crianças que obtinham um baixo rendimento nesses testes, tinham sucesso no processo de alfabetização, enquanto outras que alcançavam classificações superiores demonstravam dificuldades para aprender a ler e escrever. Ler e escrever não eram uma simples questão de inteligência.

Novos conhecimentos teóricos sobre a aprendizagem da leitura e escrita causaram importantes mudanças nas práticas pedagógicas e no modo de os professores pensarem sobre a alfabetização.

Rego (1986) tal como Ferreiro (1997) afirma que os tradicionais “exercícios de preparação” para a alfabetização não ultrapassam o nível da exercitação motora e perceptiva. A autora ressalta que:

“O progresso científico permitiu mostrar que aprender a ler e escrever requer mais do que meras aptidões perceptuais ou motoras e o que está de fato envolvido são as questões relativas ao desenvolvimento cognitivo da criança” (Rego, 1986).

Ferreiro & Teberosky (1986) salientam que alfabetizar não implica em “estabelecer uma lista de aptidões e habilidades nem partir do conceito de “maturação”, nem de definir as respostas da criança em termos do “que lhe falta” para receber um ensino” (p.33).

A definição de “prontidão” deveria ser considerada em termos do uso da leitura e da escrita pela criança e da intimidade que ela tem com a língua escrita, mais do que prontidão para “aprender a desenhar letras”. Não faz muito sentido, por exemplo, treinar controle motor e percepção visual para fins específicos da escrita, dissociando esse treinamento do uso da própria escrita.

A aprendizagem da língua escrita é um processo e como todo processo para se desenvolver é necessário passar por níveis de evolução. Para a criança aprender a ler e escrever, os níveis de evolução vão desde o rabisco até o momento em que a criança descobre que as letras representam os aspectos sonoros da palavra, passando inicialmente por uma fase silábica para depois entender a representação alfabética. Por isso, é muito difícil julgar o nível conceitual de uma criança considerando unicamente os resultados de sua escrita sem levar em conta o processo de construção da língua escrita.

Vários autores como Souza e Silva (1990) e Ferrero & Teberosky (1986), têm se ocupado das questões teóricas a respeito da aquisição da língua escrita pela criança e de quais os fatores que envolvem esse processo.

Souza e Silva (1990), afirma que há diferenças no processo de construção da escrita pela criança quando ressalta que:

“A passagem da criança de um nível de contextualização a outro está diretamente relacionado a um conhecimento anterior. O tempo que ela permanece num mesmo nível é muito variável; por outro lado, essa evolução não é linear, pois a criança passa por avanços e recuos durante todo o seu processo de construção da escrita, ainda que seu desenvolvimento esteja diretamente relacionado com seu nível inicial de conceitualização” (SOUZA, SILVA, 1990, p.17).

Ferrero & Teberosky (1986) se ocuparam em compreender o processo de construção dos conhecimentos no domínio da língua escrita através da identificação dos processos cognitivos subjacentes à aquisição da escrita; da compreensão da natureza das hipóteses infantis e da descoberta do tipo de conhecimentos específicos que a criança possui ao iniciar a aprendizagem escolar.

A criança é muito pragmática e o contato com a leitura e escrita antes da aprendizagem formal, possibilita a compreensão dos usos e funções sociais da escrita.

Ao contrário do que muitos acreditam, a escrita não é um objeto escolar. Sob uma abordagem construtivista/interacionista da aprendizagem, a escrita é um objeto sociocultural com o qual o sujeito só pode se relacionar através da mediação de usuários/informantes. O professor deixa de ser o possuidor e transmissor do conhecimento e passa a ser o mediador entre a criança e a escrita.

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi de análise do referencial teórico existente e de pesquisa de campo que foi realizada em duas etapas, nos meses de maio e junho de 2016. A primeira etapa foi a realização de entrevistas com professores e alunos e a segunda etapa foi a análise dos dados obtidos com as entrevistas.

Participaram das entrevistas 20 alunos de 2 turmas do 2º ano das séries iniciais do ensino fundamental, de ambos os sexos, com idades variando entre 6 a 7 anos, com nível sócio-econômico médio e 6 professoras de 2ª ano.

A pesquisa foi realizada em uma escola municipal da cidade de Londrina-Pr, situada na região sul da cidade, com 401 alunos no total. A escola atende do pré ao 5º ano. Esta escola foi escolhida por mim por ser próxima da minha residência e facilitar o acesso e pela abertura e disponibilidade da direção e professoras para que eu pudesse realizar as entrevistas.

As entrevistas com as professoras foram realizadas individualmente, na própria escola, com duração aproximada de 45 minutos e teve por objetivo analisar o

conhecimento que o professor alfabetizador tem sobre o processo de aprendizagem da leitura e escrita, o que pensam sobre “prontidão” para a alfabetização, se avaliam e classificam os seus alunos no início do ano escolar, com quais conhecimentos a criança entra no 2º ano, como são avaliadas no início do ano escolar e como é o contato das crianças com a leitura e escrita dentro e fora da escola (ANEXO I).

As entrevistas com os alunos foram realizadas também individualmente, na própria escola, com duração aproximada de 30 minutos e teve por objetivo verificar a experiência dos alunos com a leitura e escrita antes de entrarem no 2º ano, como é esse contato hoje, dentro e fora da escola e o que entendem sobre o uso funcional da escrita. (ANEXO II).

Todas as professoras entrevistadas possuem curso superior completo, sendo duas com especialização na área da educação. O tempo de experiência em dar aula para o 2º ano variou de 1 a 15 anos.

Todas elas afirmam que é somente através da prática, da experiência que se aprende a alfabetizar realmente. Quatro professoras disseram que aprenderam a alfabetizar com base em teorias como o construtivismo, mas não souberam explicar a teoria aplicada à prática.

“Eu aprendi basicamente com a prática. Não sabia nada de alfabetização; a orientadora aplicava testes com as crianças, aí eu vi que tinha dom” (Márcia).

“Terminei o 2º grau e comecei a dar aula em uma escola particular, com 17 anos. Não sabia nada, aprendi na prática” (Lígia).

As professoras Márcia, Lígia, Liz e Débora responderam que a maioria das crianças está alfabetizada na metade do ano escolar e que quase todas elas chegam ao 2º ano no nível silábico ou silábico alfabético. A professora Débora disse que apenas um aluno demorou um pouco mais para ler e escrever, por volta do mês de agosto:

“Ele tinha um ótimo raciocínio lógico matemático mas para a leitura não havia despertado ainda”.

A professora Márcia, afirmou que em 2 meses de aula a maioria dos seus alunos está alfabetizada e que em 6 meses todos estão alfabetizados, menos

aqueles que têm alguma “dificuldade funcional”. Ela se refere como “dificuldade funcional”, os transtornos de aprendizagem.

Percebeu-se que as professoras sentem que é quase uma obrigação as crianças estarem alfabetizadas até a metade do ano, porque assim, serão vistas como “ótimas professoras”. A alfabetização vista como um processo é praticamente esquecida. Ora, se aprendizagem da leitura e escrita é um processo, um caminho a ser percorrido, algumas crianças procuram caminhos diferentes, podem demorar um pouco mais, mas acabam se juntando às outras crianças.

As professoras Márcia, Lígia e Fernanda classificam os alunos que não se alfabetizam até a metade do ano escolar, como pode ser observado em alguns relatos:

*“Existem os ótimos, os bons e os fracos. Os fraquinhos é minoria” (Márcia).
“Tenho 24 alunos, 03 não conseguem sair de onde estavam. Tem a ver com a maturidade” (Lígia). “Depois de julho eles voltam mais amadurecidos e dá o estalo!” (Fernanda).*

As professoras Débora, Márcia, Lígia , Franciela e Fernanda afirmaram que são os estímulos que a criança recebe em casa que favorecem a alfabetização. São as oportunidades que os pais dão aos seus filhos para entrarem em contato com a leitura e escrita através de livros, jogos, revistas, papel, lápis e tecnologias. A professora Fernanda considerou que, além da experiência anterior da criança com a leitura e escrita, a idade é um fator predominante para a criança se alfabetizar mais cedo, pois está relacionada com a “maturidade”, à “responsabilidade”. Todas as professoras afirmaram que é aos 7 anos que a criança está “pronta”, com “maturidade” para enfrentar o 2º ano. A professora Débora disse que a função da pré-escola ou pré alfabetização é desenvolver a coordenação motora e a socialização. Isto quer dizer, a criança pré-escolar não precisa manter contato com a leitura e escrita, isso é função exclusiva do 2º ano.

“... antes dos 7 anos a criança está se preparando. A criança bem preparada, desenvolve a parte motora, a lateralidade, a coordenação, a noção do corpo” (Débora).

Percebe-se que nas considerações das professoras existe um posicionamento sobre alfabetização centrada no fator “idade”, prendendo-se à generalização de que a criança está “pronta” para ser alfabetizada aos 7 anos de idade, porém, existem muitas crianças com menos de 7 anos que entram no 2º ano e têm um desenvolvimento altamente satisfatório no processo de aprendizagem da leitura e escrita, enquanto outras com 8 anos não alcançam o mesmo sucesso. Existem ainda, aquelas que se alfabetizam sozinhas, antes de entrarem para a escola.

Todas as professoras afirmaram que avaliam os seus alunos no início do ano escolar para saber em que nível elas se encontram. Quando perguntadas sobre o que pensam sobre “prontidão para a alfabetização”, as professoras Lígia, Márcia, Fernanda e Débora afirmaram que para a criança estar “pronta” para ser alfabetizada, ela precisa estar madura e que ela amadurece quando se torna responsável. As professoras Lígia e Márcia disseram que a maioria das crianças está preparada para ser alfabetizada aos sete anos de idade.

“A criança que tem 5 anos nunca estará madura para se alfabetizar, porque não tem responsabilidade; ela só quer brincar” (Márcia). “... para se alfabetizar a criança tem que estar bem emocionalmente, se sentindo segura” (Liz).

De acordo com Ferreiro e Teberosky (1986, p.33), “o conceito de maturação é amplo e ambíguo para abarcar todos os aspectos não explicados”.

O princípio de que existe uma “maturação” para a aprendizagem, que consiste num conjunto de aptidões e habilidades, não pode definir as respostas da criança em termos do “que lhe falta” para receber um ensino. Ainda segundo as autoras, a criança não é alfabetizada pelo professor mas alfabetiza a si mesma em interação com o objeto do conhecimento, neste caso, a escrita.

As professoras responderam que trabalham com a teoria construtivista mas foram lacônicas em explicar como se utilizam da teoria na prática, conforme podemos observar:

“... trabalhamos só com textos, com centro de interesses... (Franciela).”

“... do todo para as partes. Eu dou a separação de sílabas extraída de textos (Fernanda).”

“Estudo o Piaget. Tenho usado muito a fonética, explorando coisas significativas (Liz).”

“... eu trabalho com uma mistura... vou pegando o que acho bom. Utilizo o construtivismo e o método tradicional (Débora).”

Weiz (1987,p.39) destaca que é muito importante que os professores saibam que sobre a mesma questão, a aprendizagem, existem várias teorias e que não é possível pegar “o melhor de cada uma” sob pena de se fabricar um Frankstein pedagógico” .

O que se percebeu é que as professoras não têm e não se utilizam de uma linha teórica e ideológica definidas, falta embasamento teórico e a crença naquilo que fazem é pouco clara para elas.

Ferreiro afirma que “nenhuma pratica pedagógica é neutra. Todas estão apoiadas em certo modo de conceber o processo de aprendizagem e o objeto dessa aprendizagem” (2000, p.31). O professor para ser eficaz “deverá adaptar seu ponto de vista ao da criança. Uma tarefa que não é nada fácil” (Ferreiro, 2000, p.61).

Segundo Weiz (1987), a teoria é uma hipótese, um conjunto coerente de idéias. Quando a teoria é aplicada conscientemente, é possível criticá-la e transformá-la quando suas falhas surgem na prática. Quando a teoria permanece inconsciente, mesmo que os fatos mostrem a inadequação da prática, é difícil transformá-la, uma vez que não se pode questionar seus fundamentos.

A maioria das professoras acredita que o nível sócio-econômico da família influência na aprendizagem. Acham que se a família possui boas condições financeiras, certamente ela vai proporcionar melhores oportunidades de desenvolvimento para a criança, mas que isto não é o suficiente se a criança não tiver atenção em casa, nem for estimulada no processo de descoberta da leitura e da escrita.

É importante ressaltar que a situação familiar da criança assume uma dimensão desconsiderada pela escola, que parece desprezar os usos da escrita relacionados à receita de bolo, bula, receita médica, nota fiscal, cheque, carnê,

correspondências, sem falar no tempo que a criança fica no computador, onde tudo gira ao redor das letras. Assim como existem famílias de classe média e alta onde ler e escrever é uma prática rara, existem aquelas de baixa renda em que escrever mensagens e ler a Bíblia são práticas frequentes.

Através dos dados obtidos com as entrevistas com os alunos verificou-se que todas as crianças frequentaram a pré-escola antes de entrarem para o 1º ano, com exceção de um aluno. A maioria desconhece a função da língua escrita como forma de representação da linguagem, como forma de comunicação entre as pessoas.

Dos 20 alunos entrevistados, 14 deles disseram que aprender a ler e escrever serve para: *“passar de ano, arrumar um emprego, para poder fazer as tarefas, para ficar esperto e inteligente”*. Os alunos Gabriel, Bruno, Larissa, Ana Clara, Letícia, Natália, Felipe e Daniel compreendem que a escrita tem a função de comunicação. Em suas respostas aprender a ler e escrever serve para:

“mandar mensagens, escolher uma comida no restaurante, ler as placas das ruas, ler para quem não sabe ler, ler sozinho”.

“... meu pai não vai mais precisar ler para mim” (Gabriel).

Isadora e Luis Augusto não sabem para que serve aprender a ler e escrever porém, todos os alunos afirmaram que gostam de ler e escrever, gostam de ler livros de história na escola e em casa. São poucos os alunos que não lêem na escola. Eles têm a oportunidade de escolher um livro na biblioteca e levar para ler em casa no final de semana. Um dos alunos disse: *“a gente lê na sala só quando não tem nada para fazer...”* (Matheus).

Esse relato demonstra o não incentivo ao prazer e ao hábito de ler.

“A desmistificação do livro deve começar desde que a criança é bebê; permitir que o livro seja também brinquedo e não objeto intocável. A leitura no seu sentido amplo, pode e deve fazer parte do universo lúdico da criança desde muito cedo” (NERY, 1987,p.63).

Gabriel, Bruno, Larissa, Letícia, Natália, Felipe, Daniel, Juliana, Clara, Maria Eduarda e Matheus responderam que seus pais costumam ler e escrever e sabem o

que eles lêem. As respostas variaram entre: notícias sobre o mundo, carros, futebol, livros que falam dos seus trabalhos, culinária e livros de história para crianças. Lêem e escrevem também no computador sobre trabalhos e assuntos variados e no celular, conversando ou mandando mensagens. Os pais de Débora, Stephany, Pedro, Luis Augusto, Afonso e João Pedro lêem às vezes. Stephany, Luis Augusto e João Pedro não sabem o que os seus pais lêem e Isadora, Renata e Guilherme responderam que os pais não lêem.

“... meu pai enjoou de ler, só assiste o jornal da televisão” (Guilherme).

“... meu pai não lê, ele mexe muito no computador” (Isadora).

De acordo com estudos e a realização de algumas pesquisas, a atividade de ler em voz alta, principalmente histórias, foi a que mais se correlacionou com o conhecimento da língua escrita revelado pelas crianças ao ingressar na escola e com o sucesso das mesmas na escola.

Rego (1992) comenta sobre os resultados obtidos por Wells (1983) e Kroll (1983) através de seus estudos, onde reforçam o valor preditivo da qualidade das experiências precoces com a língua escrita na família e o sucesso da criança na aprendizagem da leitura e escrita na escola.

Quando perguntadas se já sabiam ler e escrever todas as crianças entrevistadas, responderam que sim. Larissa, Guilherme, Gabriel, Bruno, Felipe, Letícia, Débora, Luis Augusto, Pedro, Afonso, Natália, Juliana e Matheus aprenderam a ler e escrever no 1º ano, Isadora, Renata, Stephany e João Pedro no 2º ano e 3 crianças Clara, Maria Eduarda e Daniel no jardim II. Renata respondeu que aprendeu a escrever no 1º ano e a ler no 2º ano. Ao ser perguntado quando havia aprendido a ler e escrever, Larissa respondeu rapidamente: “ aprendi no dia 12 de setembro de 2015”.

Com esta lembrança tão bem guardada pela aluna, conclui-se que a aprendizagem da leitura e escrita é um momento marcante na vida da criança e como se pode perceber, parece uma descoberta que “de repente acontece”.

Verificou-se que a maioria das crianças aprendeu a ler e escrever antes de iniciarem a instrução formal em leitura e escrita que ocorre no 2º ano do ensino fundamental. Observou-se que mesmo sem estarem alfabetizadas, as crianças

entendem que já sabem ler e escrever. Esses dados confirmam os estudos de Ferreiro & Teberosky (1979) com crianças entre 4 a 6 anos, em que as autoras constataram que as crianças desenvolviam hipóteses sobre a língua escrita mesmo antes de aprenderem a ler. Ferreiro & Teberosky (1979) estudaram as hipóteses infantis a respeito da representação gráfica e constataram que a criança vai evoluindo em suas tentativas até concluir que a escrita é a representação da fala e que esta representação é de natureza silábica.

As respostas sobre como as crianças aprenderam a ler e escrever foram bem variadas, sendo que a maioria das crianças aprendeu primeiro as sílabas ou “famílias” silábicas e depois ia juntando para ver o resultado. As demais respostas foram: através da fonética, conhecendo o alfabeto, a partir de palavras pequenas e lendo livros na biblioteca. Apenas uma criança não lembra como aprendeu a ler e escrever.

Destaquei algumas respostas das crianças quando foi perguntado como você aprendeu a ler e escrever:

“... li uma coisa escrita na lâmpada e minha avó falou: ‘eu não acredito!’ “ (Felipe).

“... a tia fazia letra bonita e a gente fazia letra feia. Ela falava para segurar em cima no lápis e segurava a mão da gente” (Letícia).

“... eu peguei um livro e consegui ler. Não sei direito, acho que foi uma fada!” (Maria Eduarda).

As respostas dessas crianças nos fazem acreditar que aprender a ler é algo instantâneo, um “clic”, um “estalo” que de repente acontece, porém, Ferreiro (1999, p.47) afirma que “a alfabetização não é um estado ao qual se chega, mas um processo cujo início é na maioria dos casos anterior a escola é que não termina ao finalizar a escola primária”.

Considerações Finais:

A “prontidão” para a alfabetização é um tema bastante discutido pelos educadores. Mesmo assim, continua sendo considerada fundamental pelos

professores alfabetizadores de 2º ano, como pode ser observado nos dados obtidos nesta pesquisa.

A aprendizagem da leitura e escrita não pode restringir-se a um conjunto de técnicas perceptivo-motoras, nem à vontade, à motivação, à “maturidade” ou ao “estalo”.

Observou-se nesse estudo, que as professoras procuram um novo vocabulário, sem perceber que estão dizendo a mesma coisa quando o assunto é “prontidão”. Utilizam muito o termo “maturidade” e caem no mesmo erro.

São considerados pelas professoras como aptidões e habilidades necessárias para a aprendizagem da leitura e escrita, a lateralização, a discriminação visual e auditiva, a coordenação motora e o equilíbrio emocional, não havendo destaque para aspectos fundamentais para a compreensão da escrita alfabética como a competência linguística da criança e suas capacidades cognitivas.

Através do questionário aplicado com as crianças, foi possível constatar que ela não chega “a zero” na escola, nem sequer as menos favorecidas. Elas trazem consigo informações variadas e têm características diferentes de desenvolvimento, umas demorando mais que as outras para aprender e outras possuindo conhecimentos prévios mais elaborados, facilitando o processo de aprendizagem. Constatou-se também que as crianças gostam de ler e que este é o momento em que precisam criar o gosto pela leitura, pela descoberta do mundo através das letras e que a família exerce um papel fundamental neste momento como incentivadora, colaborando para o sucesso das mesmas na escola.

Através dos dados obtidos com a pesquisa sobre a criança que temos hoje, com acesso cada vez maior à várias informações, e considerando ainda a criança que queremos “formar” e o conhecimento que o professor deve ter do processo de aprendizagem da leitura e da escrita pela criança, acreditamos que os testes de “prontidão” para a alfabetização e os critérios de avaliação destes testes devam ser revistos.

É preciso adotar o ponto de vista do sujeito em desenvolvimento, pois, é muito difícil julgar o nível conceitual de uma criança, considerando apenas os resultados, sem considerar o processo de construção da língua escrita. Classificar as crianças que conseguem fazer a conservação e as que estão no nível silábico-alfabético de “maduras”, portanto “aptas” para iniciarem o 2ª ano, significa deixar de fora da escola as crianças que mais necessitam de escolarização.

Diante desta realidade, surge a necessidade de um trabalho de intervenção pedagógica junto aos professores, à direção, aos pais e alunos, a fim de que compreendam melhor a importância de uma proposta pedagógica coesa e a importância do conhecimento do processo de alfabetização para que as crianças não sejam “classificadas” ou “rotuladas”.

O tema abordado neste trabalho não é novo, nem tampouco ultrapassado, tendo em vista a concepção de muitas professoras a respeito de “prontidão” para a alfabetização. Este é mais um entre muitos trabalhos desenvolvidos nesta área, mas espero que juntamente com outros estudos e reflexões acerca do tema, venha contribuir para que se transforme verdadeiramente a prática do professor alfabetizador, considerando que estes são os mediadores na fase mais importante da formação da criança.

É necessário que o professor considere as escritas do ponto de vista construtivo, representando a evolução de cada criança. É preciso que haja uma reestruturação interna na escola com relação à alfabetização e também no que se refere às formas de alfabetizar.

5 - Referências Bibliográficas

AZENHA, M.G. - **Imagens e Letras**_ Os possíveis acordos de Ferreiro e Luria. São Paulo: Ática, 1996.

DORNELES, B.V.- **A escrita e o número**_ Relações iniciais. Porto Alegre: Art.Med, 1998.

FERREIRO, E.- **Reflexões sobre alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2000.

FERREIRO, E. – **Com todas as letras**. São Paulo: Cortez, 1999.

FERREIRO, E. – **Alfabetização em processo**. São Paulo: Cortez, 1996.

SOUZA e SILVA, M.A.S. – **Construindo a leitura e a escrita** – Reflexões sobre uma prática alternativa em alfabetização, 2ª Ed. São Paulo: Ática, 1990.

FERREIRO & TEBEROSKY, E. e A. – **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

ANEXO 1

Roteiro da entrevista com as professoras:

- 1) Como você aprendeu a alfabetizar?
- 2) Em que momento do ano escolar a maioria dos seus alunos está alfabetizada?
- 3) Quais os fatores que levam uma criança a se alfabetizar mais cedo do que outras?
- 4) Você faz avaliação de seus alunos no início do ano escolar? Como?
- 5) A criança que frequentou a pré-escola se alfabetiza mais cedo?
- 6) O que você pensa sobre “prontidão” para alfabetização?
- 7) Que método ou teoria você utiliza para alfabetizar?
- 8) O nível sócio-econômico da família influencia no processo de aprendizagem da leitura e escrita? De que forma?

ANEXO 2

Roteiro da entrevista com os alunos:

- 1) Você frequentou a pré-escola? Onde?
- 2) O que você aprendeu na pré-escola?
- 3) Para que serve aprender a ler e escrever?
- 4) Você gosta de ler e escrever?
- 5) Você gosta de livros de história? Você lê livros de história na escola? Você lê livros de história na sua casa?
- 6) Os seus pais costumam ler? O que eles lêem?
- 7) Você já sabe ler e escrever? Quando você aprendeu? Como você aprendeu?